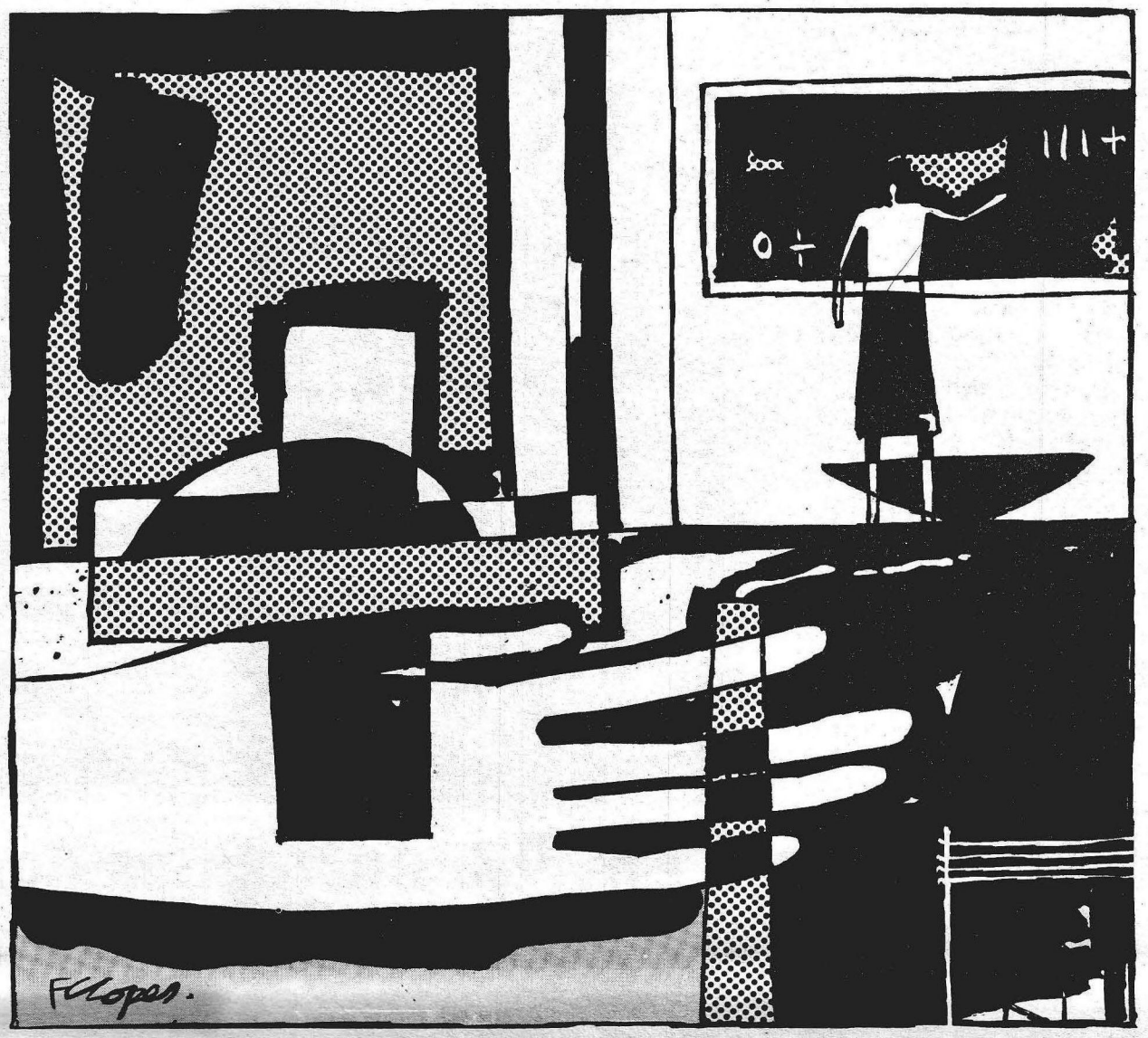
JORNAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
QUINTA-FEIRA, 17/12/92

Corte de verba mobiliza brasiliense



O corte de 43% nos repasses previstos da União para o Distrito Federal em 1993 e a mobilização para evitar problemas para áreas essenciais — como de saúde e educação — mostraram que a cidadania em Brasília já está consolidada. No momento em que se verificou uma diminuição de Cr$ 600 bilhões (a preços de abril) referentes às necessidades reais do DF para o próximo ano, uma forte mobilização ocorreu entre as mais diversas categorias. Políticos, empresários, governo e outros setores se uniram para evitar a efetivação dos cortes. Esse movimento culminou na apresentação de 22 emendas coletivas ao Orçamento Geral da União pela bancada de parlamentares que representam o DF no Congresso Nacional.

Por outro lado, o GDF conhecendo as dificuldades — já que existe uma verdadeira oposição de políticos de outros estados aos repasses da União para Brasília — está lançando um programa de reaquecimento da economia cujas bases são a captação de recursos e a geração de empregos. Atualmente, o Distrito Federal depende do repasse de valores que correspondem a dois terços do seu Orçamento. Desde a inauguração de Brasília, um decreto-lei vem garantindo verbas para o pagamento de pessoal e manutenção da Fundação Hospitalar e da Fundação Educacional. A área de segurança pública tem garantia constitucional de manutenção pela União. Como os recursos para as primeiras dependem de aprovação anual do Congresso Nacional, o GDF está trabalhando pela criação de um Fundo Especial para o Distrito Federal.

Cortes — Quem primeiro propôs os cortes nos repasses da União para o DF foi o ex-ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Contrariando o decreto-lei que autoriza o repasse, o ministro fez a proposta de cortes anuais e progressivos que iam de 10% (orçamento de 1993) a 65%. O presidente da República acatou a decisão ministerial e daí começou uma campanha para evitar que fosse aplicado o decreto. Apesar de revogada a medida, no projeto de Orçamento para o próximo ano enviado pela Presidência da República ao Congresso Nacional se constatou que os cortes iam além do previsto inicialmente. Dos Cr$ 1,693 trilhão necessários para cobrir as despesas das áreas de educação, saúde, segurança e construção do metrô, somente haviam sido destinados Cr$ 1,083 trilhão.

A saída foi a apresentação de emendas coletivas — com mais chances de aprovação, pelos parlamentares — para garantir Cr$ 97 bilhões para a área de segurança pública; Cr$ 106 bilhões para a saúde; Cr$ 290 bilhões para o setor de educação, e Cr$ 106 bilhões para a construção do metrô. A inclusão desses valores no Orçamento Geral da União de 1993 é fundamental para viabilizar economicamente e financeiramente o Distrito Federal. Este ano, inclusive, para fechar o exercício financeiro, o GDF precisou de um crédito suplementar de Cr$ 761 bilhões. Somente para o pagamento de pessoal — não incluindo aumentos para a área de saúde, que serão pagos efetivamente a partir de janeiro próximo — eram necessários Cr$ 604 bilhões.

O corte de 43% nos repasses previstos da União para o Distrito Federal no próximo ano mobilizou o GDF, empresários, políticos e outros setores, mostrando que a cidadania em Brasília está consolidada. Vinte e duas emendas do Orçamento da União foram apresentadas pela bancada do DF.

Fundo Especial pode garantir repasses

O próprio decreto que estabelecia os cortes progressivos — já revogado — gerou a proposta de criação de um Fundo Especial para o Distrito Federal garantindo e quantificando o repasse. A proposta foi lançada pelo secretário de Fazenda e Planejamento do GDF, Everardo Maciel, em abril deste ano. Para o secretário, a revisão constitucional de 1993 poderá viabilizar a proposta. "O Fundo colocaria Brasília na Constituição como uma cidade dos brasileiros e não somente dos brasilienses, sem contar que proporcionaria correções nas falhas hoje existentes na lei", afirma. Enquanto isso não se confirma, no quadro de recessão nacional, o GDF tem uma fórmula simples de enfrentar a crise, de acordo com o secretário.

"O GDF tem um modelo simples para o pagamento das contas: não passamos cheques sem fundo; não trabalhamos com fantasia; nossa programação financeira prevê gastos somente com os quais podemos arcar. Por esse motivo, não temos tido problema de geração de déficit", explica. Além de uma arrecadação insuficiente para cobrir as suas despesas, o Distrito Federal tem a menor participação na distribuição de recursos da União para os estados. Nos últimos anos foram repassados em média para Brasília cerca de 0,65% do total de recursos destinados a este fim. Um estudo da Codeplan, contudo revela que em 1990 a União arrecadou cerca de US$ 2,6 bilhões no DF e repassou US$ 1,1 bilhão — ou seja, a arrecadação foi 140% superior à transferência neste período.

"É preciso acabar com a visão de que Brasília é dispendiosa. Aqui é a capital da República, capital de todos os brasileiros e a cidade não pode ser tratada por uma questão de simplesmente cortar ou não os recursos destinados à cidade", afirma o governador Joaquim Roriz, observando que as transferências da União para o Distrito Federal além de custear e manter a saúde, segurança e educação de 1,6 milhão de habitantes, são imprescindíveis.

Manter a campanha para sensibilizar o Congresso Nacional da necessidade de manter os repasses para o Distrito Federal e trabalhar para aumentar a arrecadação são os objetivos do governador. Por esse motivo, um "pacto econômico" foi firmado com os empresários da cidade, no início deste mês. Ficou acertada uma política de incentivos, a simplificação tributária, a dotação de infra-estrutura industrial, descentralização das compras governamentais, absorção-de-mão de obra pelo metrô, além da abertura de linhas de crédito.